

A formação do cidadão
a vinculação entre o contrato social e a pedagogia de Rousseau

Italo Ariel Zanelato¹
Maria Cristina Gomes Machado²
Marco Antônio de Oliveira Gomes³
Crislaine Aparecida Pita⁴

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a formação social do cidadão a partir dos postulados de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e a vinculação do contrato social com sua pedagogia. O problema de pesquisa consiste em compreender de que modo a concepção de contrato social elaborada por Rousseau se articula à sua proposta pedagógica, especialmente no que diz respeito à formação moral e política do cidadão no contexto das transformações econômicas e sociais da França do século XVIII. Trata-se de uma análise histórica e bibliográfica, fundamentada pelo referencial teórico do materialismo histórico-dialético. Rousseau, movido pelo ideal de emancipação do homem das convenções e obstáculos sociais, defendeu a educação como caminho mais seguro para alcançar essa meta. Em oposição ao ensino tradicional, o autor destacou a importância do respeito ao desenvolvimento natural da criança. Conclui-se que, ao propor uma nova educação, Rousseau delineou um novo modelo de sociedade.

Palavras-chave: Rousseau; Educação; Contrato social.

Citizen formation:
the link between the social contract and Rousseau's pedagogy

Abstract: The article aims to analyze the social formation of citizens based on the postulates of Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) and the link between the social contract and his pedagogy. The problem lies in understanding the author's production in the context of the economic, social and political transformations of 18th century France. This is a historical and bibliographical analysis, based on the theoretical framework of historical-dialectical materialism. Rousseau, moved by the ideal of man's emancipation from social conventions and obstacles, defended education as the safest way to achieve this goal. In opposition to traditional teaching, the author highlighted the importance of respecting the child's natural development. It is concluded that, by proposing a new education, Rousseau outlined a new model of society.

Keywords: Rousseau; Education; Social contract.

Formación ciudadana:

¹ Doutorando em Educação. Mestre em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE) - GT HISTEDBR MARINGÁ, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2072-8405>, e-mail: itozanelato@hotmail.com.

² Doutora em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE) - GT HISTEDBR MARINGÁ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7359-4562> e-mail: megm.uem@gmail.com.

³ Doutor em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE) - GT HISTEDBR MARINGÁ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615>, e-mail: marcooliveiragomes@yahoo.com.br.

⁴ Doutoranda em Educação. Mestre em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE) - GT HISTEDBR MARINGÁ, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7917-6882> e-mail: crislainepita00@gmail.com.

El vínculo entre el contrato social y la pedagogía de Rousseau

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar la formación social de los ciudadanos a partir de los postulados de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) y el vínculo entre el contrato social y su pedagogía. El problema radica en comprender la producción del autor en el contexto de las transformaciones económicas, sociales y políticas de la Francia del siglo XVIII. Se trata de un análisis histórico y bibliográfico, basado en el marco teórico del materialismo histórico-dialéctico. Rousseau, movido por el ideal de la emancipación del hombre de las convenciones y obstáculos sociales, defendió la educación como el camino más seguro para alcanzar este objetivo. En oposición a la enseñanza tradicional, el autor destacó la importancia de respetar el desarrollo natural del niño. Se concluye que, al proponer una nueva educación, Rousseau trazó un nuevo modelo de sociedad.

Palabras-clave: Rousseau; Educación; Contrato social.

1 INTRODUÇÃO

A célebre frase de Bertolt Brecht, "Que tempos são esses que precisamos debater o óbvio?", reverbera com uma inquietante atualidade, especialmente quando consideramos a crescente ênfase no individualismo promovido pelo capitalismo. Este artigo busca investigar como essa valorização excessiva da autonomia pessoal, característica das sociedades capitalistas contemporâneas, afeta a formação do cidadão, utilizando os postulados de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) como uma lente crítica.

Após séculos de luta contra os privilégios da nobreza, a burguesia proclamou os direitos do homem como requisito necessário para a materialização dos seus interesses. Liberdade tornou-se uma expressão comum na pena de inúmeros autores: liberdade de comércio, de ideias, de contrato etc. Era o século das "luzes" e do esclarecimento burguês.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi uma das manifestações desse movimento. Suas ideias expressaram as críticas ao Antigo Regime e contribuíram para as reflexões política e educacionais do seu tempo. Sua obra se constituiu como marco do movimento iluminista e sua leitura é obrigatória para os pesquisadores da educação. Não se trata de uma simples aquisição do conhecimento erudito, mas da necessidade de compreensão das bases do pensamento pedagógico contemporâneo.

O objetivo de Rousseau era evidenciar que o ensino de seu tempo não contribuía para a formação de homens livres e, dessa forma, refletiu sobre as possibilidades de mudanças para a formação do indivíduo verdadeiramente livre das amarras e preconceitos do Antigo Regime.

Isto posto, objetiva-se analisar a formação social do cidadão a partir dos postulados de Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), bem como a relação entre sua concepção de contrato social e sua proposta pedagógica, considerando o contexto das transformações políticas e sociais do século XVIII. As questões por ele levantadas, fundamentalmente em “Emílio ou Da Educação” a respeito da formação do homem, expressam as preocupações de seu tempo para a formação moral e política do indivíduo para a vida em sociedade.

Do ponto de vista metodológico, a análise fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, compreendido como perspectiva teórica que permite apreender as ideias pedagógicas em sua relação com as condições históricas de produção da vida social. Nessa abordagem, as formulações de Rousseau são interpretadas não apenas como construções filosóficas abstratas, mas como expressões intelectuais vinculadas às transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram a crise do Antigo Regime e a emergência da sociedade burguesa.

Ainda que formuladas no contexto das transformações políticas e sociais do século XVIII, as reflexões de Rousseau permanecem relevantes para a compreensão dos desafios contemporâneos da educação. Em um cenário marcado pela intensificação do individualismo, pela centralidade do mercado nas políticas educacionais e pela crescente instrumentalização da escola, o debate sobre a formação do cidadão e sobre o papel da educação na construção da vida coletiva assume renovada importância. Nesse sentido, como destaca Saviani (2008), a análise dos clássicos da pedagogia constitui um elemento fundamental para compreender os fundamentos das teorias educacionais e os dilemas que atravessam a educação contemporânea, evidenciando a importância de revisitar autores como Rousseau para refletir criticamente sobre o papel social da educação.

A crise do antigo regime e a ascensão da burguesia

As transformações geradas na produção e ampliação do comércio na Europa Ocidental, a partir da Baixa Idade Média, contribuíram para desintegração do modo de

produção feudal. A burguesia, até então, não possuía o prestígio desfrutado pela nobreza em uma sociedade marcadamente aristocrática e com resquícios do feudalismo.

Diante das transformações seculares que originaram o capitalismo, o século XVIII ficou conhecido como “século das luzes” ou “Ilustração”. A metáfora tornou-se uma forma de diferenciar o progresso do período em um contraponto a Idade Média, considerada como expressão do obscurantismo para os iluministas.

A expansão marítima, a constituição de colônias no continente americano e o avanço das ciências, possibilitaram um novo conhecimento. Para além desses processos, a física de Newton (1643-1727) ampliou a confiança no poder do homem sobre a natureza. Dessa forma, espalhava-se a ideia de emancipação do homem sobre as superstições e preconceitos. A França, sem dúvida, foi um palco privilegiado das discussões sobre o progresso e o questionamento das bases do Antigo Regime.

Em pleno processo de acumulação de capital, a burguesia se via onerada com os impostos que sustentavam os luxos da monarquia e os privilégios da nobreza, como por exemplo, a isenção do pagamento de vários impostos. O sucessivo progresso das máquinas a vapor nas fábricas inaugurou o que se convencionou denominar como Revolução Industrial, transformando significativamente o panorama das cidades em franca expansão.

Vale salientar que as ideias iluministas surgiram como resposta aos problemas concretos enfrentados pela burguesia, como, por exemplo, a intervenção do Estado na economia, o qual impunha limites à expansão dos negócios. Ainda no final do século XVII e ao longo do século XVIII a Europa iniciou o ciclo das revoluções burguesas. Primeiro, na Inglaterra em 1688, com a Revolução Gloriosa que colocou um fim na dinastia dos Stuarts.

As ideias liberais, como expressão dos interesses burgueses, espalharam-se pelo continente europeu e alcançaram também as colônias americanas, manifestando-se tanto nas guerras de independência dos Estados Unidos quanto nas revoltas anticoloniais ocorridas no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Nesse contexto, o ano de 1776 tornou-se emblemático: ao mesmo tempo em que marcou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, também foi o momento da publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith, obra que sistematizou as críticas ao

mercantilismo e expressou a insatisfação crescente de comerciantes e setores burgueses com as restrições impostas pela política econômica vigente (Huberman, 1982).

A liberdade comercial, que para burguesia constituía um ponto capital, trouxe ainda, um desdobramento a liberdade de circulação das ideias. Após tantos séculos de restrições feudais, a burguesia proclamava os direitos dos indivíduos como condição para atendimento de suas demandas. Liberdade para crença, para negociar, para produzir, etc. Até então não havia se falado tanto em “humanidade”, “cultura”, “razão” e “luzes”(PONCE, 2001). Além disso, os filósofos da Ilustração, ainda que apresentassem diferenças entre si, defendiam a limitação constitucional do poder real e a separação de poderes como formas de reorganizar a vida política e social. No final do século XVIII, a Europa vivenciava um período de intensas crises políticas e econômicas que atingiam as estruturas tradicionais de poder. Diversos movimentos de contestação emergiram nesse contexto, incluindo revoltas e processos de emancipação política em diferentes regiões, como nos Estados Unidos, na Irlanda, na Bélgica, na Holanda e em Genebra. Segundo Hobsbawm (1977), a amplitude dessas mobilizações levou alguns historiadores a caracterizar esse período como uma “era das revoluções democráticas”, na qual a Revolução Francesa se destacou como o episódio mais expressivo e de maior repercussão histórica.

O ideário burguês, apesar de todas as diferenças entre os iluministas, prometia o progresso e a emancipação de todos como forma de superação do atraso e das superstições. “Todos os defeitos da sociedade” foram concentrados numa classe: a nobreza se tornou o escândalo público. “Para os burgueses e os artesãos, para os trabalhadores e os camponeses, ela era a encarnação de um crime notório para todos” (Ponce, 2001, p. 128).

Assim, o século XVIII assistia as condições que propiciaram a derrubada da Bastilha ideológica da nobreza e do clero. Marx (2013), por exemplo, demonstrou em na Introdução de sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel, que:

Só em nome dos interesses universais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar o domínio universal. Para alcançar essa posição emancipatória e, com isso, a exploração política de todas as

esferas da sociedade no interesse de sua própria esfera, não bastam energia revolucionária e auto sentimento espiritual (Marx, 2013, p. 160).

Diante das contradições insolúveis proporcionadas pelas transformações no âmbito da produção material e da ascensão econômica da burguesia, amadureciam as ideias e as condições para a consolidação das relações capitalistas.

Porém, o ápice do movimento burguês de contestação ao Antigo Regime ocorreu com a Revolução Francesa (1789), que não apenas destituiu a monarquia em decadência dos Bourbons, mas transformou o caráter do Estado. Segundo Hobsbawm, “A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo” (Hobsbawm, 1977, p. 71).

Provavelmente em nenhuma outra nação europeia as contradições do Antigo Regime e o desenvolvimento da ordem capitalista foi tão acentuada quanto na França. No entanto, o movimento revolucionário não eliminou os privilégios de forma definitiva, mas simplificou os antagonismos: “Limitou-se a estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das anteriores” (Marx; Engels, 1998, p. 5).

Nesse contexto, não poderia a educação ficar imune aos debates do seu tempo. “A educação estava na moda: dela se ocuparam os soberanos, os filósofos, os utopistas e os romancistas” (Manacorda, 1996, p. 239). Entre as várias defendidas pelos filósofos da ilustração, há uma que se destacou: “o homem é produto do meio em que vive, da sociedade e da educação” (Schneeberger, 2009, p. 181).

Nesse contexto, muitos enxergaram na educação o meio para a promoção das ideias e do progresso social e, a razão, seria o caminho para reorganização da sociedade liberta dos preconceitos, do dogmatismo e do atraso. Nessa perspectiva, Rousseau ocupou um papel relevante nas discussões dos problemas de seu tempo e transformou-se em parte da artilharia que contribuiu para a derrubada das muralhas do antigo regime.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, as formulações teóricas produzidas nesse período não podem ser compreendidas de forma isolada das transformações estruturais da sociedade europeia. Nesse sentido, as ideias iluministas, incluindo aquelas elaboradas por Rousseau, expressam as contradições próprias da

transição do feudalismo para o capitalismo. Como indicam Marx e Engels (2013), as concepções políticas e filosóficas emergem em estreita relação com os conflitos sociais e com os interesses das classes em disputa, o que permite compreender a obra rousseauiana como parte do movimento intelectual que acompanhou a ascensão da burguesia e a crítica ao Antigo Regime.

Rousseau e o contrato social

Jean Jacques Rousseau, filósofo e escritor do século XVIII, foi uma figura destacada no movimento Iluminista e, além disso, o desenrolar dos acontecimentos históricos, tais como os debates ocorridos ao longo da Revolução Francesa e no ideário romântico do século XIX, demonstram a dimensão de Rousseau como expressão das ideias que permearam as transformações do período.

Rousseau é frequentemente apresentado como o último dos grandes pensadores do contratualismo moderno. Ao desenvolver sua concepção de estado de natureza, o autor diferencia-se de outros teóricos ao defender que o homem, em sua condição originária, seria naturalmente íntegro, saudável e moralmente justo, não sendo marcado pela maldade ou pela opressão (Reale, 2005). Ao mesmo tempo, sua obra tem sido interpretada de maneiras diversas: alguns o consideram um pensador que valoriza o sentimento como guia da vida moral, enquanto outros destacam sua defesa da subordinação do indivíduo à vida coletiva. Por essa razão, Rousseau é frequentemente situado em posições distintas na história das ideias, sendo ora associado ao liberalismo, ora visto como precursor de reflexões que inspirariam perspectivas socialistas, além de ser reconhecido como um dos principais teóricos da pedagogia moderna (Reale, 2005).

Em um contexto marcado pelo crescente apelo ao uso da razão, o autor teorizou sobre a liberdade natural do homem e as formas de assegurar o bem-estar da vida em sociedade por meio de um contrato social. Ainda que não tenha defendido uma negação radical da sociedade burguesa, Rousseau formulou críticas contundentes aos costumes, aos valores sociais e às desigualdades produzidas por seu tempo, o que o coloca entre os

pensadores mais incisivos na crítica ao regime político vigente, embora em uma posição marcada por certa ambivalência. Nesse sentido, sua obra ocupa um lugar singular entre os filósofos do movimento iluminista. Enquanto muitos pensadores das Luzes defendiam a difusão do conhecimento como meio para superar a superstição, a ignorância e os preconceitos, Rousseau destacou-se por questionar essa confiança irrestrita no progresso das ciências e das artes. Conforme observa Nascimento (1999), sua notoriedade intelectual teve início com o prêmio concedido pela Academia de Dijon, após responder negativamente à questão proposta sobre se o avanço das ciências e das artes teria contribuído para o aprimoramento dos costumes, posicionamento que o colocou em contraste com o espírito predominante de sua época.

A crítica às ciências e as artes do seu tempo, contudo, não representa para o filósofo a negação absoluta de suas contribuições. Na verdade, Rousseau não partilha dos mesmos posicionamentos de seus contemporâneos sobre a difusão do conhecimento.

Para Rousseau, a forma desigual pela qual a sociedade se organizou, o que inclui as ciências e as artes, não contribui para a autonomia e liberdade dos homens, pois arranca-lhe a espontaneidade e suas virtudes. No Prefácio de Narciso, o filósofo assevera:

Em segundo lugar, as mesmas causas que corromperam os povos servem algumas vezes para prevenir uma corrupção ainda maior; assim aquele que estragou o seu temperamento com um uso imprudente de remédios, vê-se forçado a recorrer ainda aos médicos para conservar-se com vida. Desse modo, as artes e as ciências, depois de terem feitos os vícios brotarem, são necessárias para impedi-los de se tornarem crimes, cobrindo-os de um verniz que não permite que o veneno se evapore tão livremente. Destroem a virtude, mas preservam o seu simulacro público, que sempre é uma bela coisa; em seu lugar introduzem a polidez e a decência, e substituem o temor de parecer mau pelo de parecer ridículo (Rousseau, 1983, p. 426).

Assim, Rousseau não enxergava problemas entre as críticas tecidas às ciências e as artes e, concomitantemente, escrever peças de teatro e livros sobre moral e política. Nesse aspecto, ocupou-se do tema da passagem do estado de natureza ao contrato social. Na obra “Discurso sobre a origem da desigualdade”, disserta sobre a origem da humanidade, mas o faz de forma especulativa, sem compromisso com os fatos.

Comecemos por afastar todos os fatos, pois eles não dizem respeito a questão. Não se devem considerar as pesquisas, em que se pode entrar neste assunto, como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar a verdadeira origem e semelhantes àquelas que, todos os dias, fazem nossos físicos sobre a formação do mundo (Rousseau, 1978, p. 236-237)

Considerando as circunstâncias históricas do período, Rousseau declara que ignora o processo que culminou na liquidação da liberdade e transformou o homem em um ser aprisionado. Assim, qual seria, pois, a história hipotética que culmina com a legitimação da desigualdade entre os homens? Em comum com Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), autores identificados com o contratualismo, Rousseau acreditava que o contrato social era um meio de assegurar a sobrevivência dos homens em sociedade.

Para Hobbes, o homem é egoísta e selvagem por natureza e só pode ser impedido de fazer o mal a outrem por meio da força. Assim, a necessidade de um Estado forte é justificada. Já para Locke, no estado de natureza não há um poder acima dos homens, o que implicaria colocar em risco os direitos sociais de cada um. Para assegurar a vida, a liberdade e a propriedade, ou seja, os direitos naturais, os homens pactuam um contrato social que dê organicidade a sociedade política. No entanto, isso não significa poderes absolutos nas mãos de um rei ou uma assembleia tal qual propugnava Hobbes.

Em discordância dos autores citados, Rousseau compreendia o estado de natureza como um momento de harmonia entre os indivíduos. Porém, a propriedade privada, a civilização e o progresso científico contribuíram para a exclusão de muitos dos benefícios da natureza. Dessa forma, a civilização promoveu a corrupção entre os homens. O homem em seu estado natural “nasceu livre e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais, não deixa de ser mais escravos do que eles” (Rousseau, 1978, p. 22).

Como para Rousseau não é possível voltar ao Estado de Natureza, sua proposta preconiza um contrato social como meio de proteção de cada indivíduo. Nesse sentido, defendia uma sociedade constituída por pequenos proprietários, como os camponeses e artesãos, sem os privilégios de classe, como os do clero, nobreza e burguesia.

Apesar do caráter nostálgico em relação ao “bom selvagem” que vivia no estado de

natureza, Rousseau concentrou seus esforços em encontrar uma forma de associação que assegurasse a liberdade de todos.

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos a pessoa e os bens de cada associado com isto cada um, unindo-se a todos, só obedece com tudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes (Rousseau, 1978, p.32).

De tal modo, as reflexões de Rousseau objetivavam a restauração da liberdade em sociedade. Assim, pensou em um contrato social, não para retornar ao estado natural, o que seria impossível aos olhos do autor, mas para eliminar os privilégios entre os homens. Em suma, diante de uma sociedade altamente hierarquizada, enxerga a possibilidade de um novo contrato que permitisse aos homens a proteção coletiva que garanta a cada um a liberdade e a igualdade.

Nesse sentido, a educação propugnada pelo autor genebrino não pode ser dissociada do contrato social. Era necessário formar um novo homem. Daí a importância da educação para Rousseau, como veremos a seguir.

Rousseau e a educação: a necessidade de reeducar os homens

A perspectiva de educação defendida por Rousseau apresentou-se de forma diferenciada para os padrões da época, buscando tratá-la como um componente da reforma social. As suas formulações essenciais podem ser encontradas no conjunto da obra O Contrato Social, que abarca um padrão de educação social e política para a liberdade e autonomia do cidadão, e na obra Emílio ou Da Educação, que expressa o modelo de educação natural que prioriza uma nova formação para o homem.

Diante da crise cada vez mais aguda do Antigo Regime, Rousseau tornou-se o crítico mais expressivo e radical dos costumes e privilégios dos grupos dominantes. Suas análises contribuíram para que a pedagogia assumisse uma série de questões antes

desprezadas. Para Cambi, pode ser visto como o “pai da pedagogia moderna, seja pelo papel de revolução que o seu tratado romântico exerceu (...), seja pelos temas profundamente inovadores que veio a introduzir no debate educativo” (Cambi, 1999, p. 354).

Em seu ensaio pedagógico, *Emílio ou Da Educação*, Rousseau apresenta sua concepção de educação ao delimitar o como deveria ser a formação da criança. A partir do pressuposto que há uma bondade natural no homem, que é destruído pela sociedade civilizada, o autor especula sobre meios de evitar que a criança desenvolvesse a maldade.

Dessa forma, não é possível dissociar as obras *Do contrato social* e *Emílio ou Da educação*, uma vez que ambas expressam, em perspectivas distintas, a síntese do pensamento rousseauiano acerca da necessidade de reformulação ética e política da sociedade (Cambi, 1999). Nesse sentido, Rousseau compreendia que a formação do cidadão deveria ocorrer por meio de uma prática social orientada pela consciência de pertencimento ao coletivo, na qual os indivíduos reconhecessem sua participação em um todo social e subordinassem os interesses particulares ao bem comum (Lazarini, 1998).

Sua produção tornou-se uma crítica contundente aos princípios escolásticos da educação de seu tempo, indicando que não se tratava apenas de um problema pedagógico, mas também de uma instituição marcada por valores e concepções morais predominantes na sociedade da época. Nesse sentido, Rousseau propõe uma reformulação profunda do processo educativo, defendendo uma educação mais próxima da natureza e das necessidades da infância. Como observa Manacorda (1996, p. 243), entre os elementos centrais dessa crítica estão “a rejeição do método catequético, a exclusão dos estudos especulativos e a necessidade de ensinar não muitas coisas, mas coisas úteis”.

Rousseau foi a demonstração de forma contraditória do querer e o temer por uma revolução radical “[...] a nostalgia da vida primitiva e o medo que, por causa de lutas insensatas, se possa recair na barbárie” (Reale, 2005, p.751). Tal misto de intenções revela em sua mais pura essência as contradições e conflitos postos entre nobreza e burguesia.

Ainda que Rousseau não comungasse com diferentes autores identificados com o Iluminismo, a leitura crítica a respeito das monarquias absolutistas, dos privilégios

nobiliárquicos e da educação, fundamentalmente escolástica, em muitos casos se aproximavam nos aspectos políticos e pedagógicos.

No contexto do século XVIII, com a supervalorização à racionalidade, ele denuncia os prejuízos que a busca extremada pela razão poderia acarretar, ao passo que, estava convencido que a razão sem as paixões e os instintos é estéril. No entanto, sem o exercício da razão as paixões e instintos conduzem o homem ao perigo da individualidade e anarquia social.

Para o filósofo de Genebra, a expansão das ciências não significou maior liberdade e autonomia dos homens. Ao contrário, pois “Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem” (Rousseau, 1999, p. 7). Assim, os processos educativos e as relações sociais, são encarados como forma de regeneração do homem e da liberdade, entendida por ele como um direito e um dever ao mesmo tempo. É a partir desta compreensão que o autor concebia uma educação que teria seu início logo nos primeiros dias de vida da criança.

Nesse sentido, a tarefa do educador consiste em limitar-se ao que não deve ser feito para impedir o desenvolvimento natural da criança. Trata-se, portanto, de levar a criança a distinguir o que é necessário para sua vida e, dessa forma, não desejar aquilo que não pode. Poderíamos acrescentar, a propósito dos objetivos rousseauianos, que suas propostas caminham em direção ao rompimento com as instituições de ensino do período, sem abordar formas de institucionalizar a educação.

Crítico da educação ofertada nos colégios, asseverou que tais instituições eram “ridículas” e contribuíam para a formação de indivíduos vazios, egoístas, preconceituosos e “homens de duas faces”.

Todos os que falam da educação das crianças seguem os mesmos preconceitos e as mesmas máximas, porque observam mal e refletem ainda pior. Não é nem pelo temperamento nem pelos sentidos que começa a desorientação da juventude, mas sim pela opinião. Se se tratasse aqui de meninos educados em colégios e de meninas educadas nos conventos, eu mostraria que isso é verdade, mesmo a respeito deles; pois as primeiras aulas que uns e outras recebem, e as únicas que dão

frutos, são as aulas de vícios, e não é a natureza que os corrompe, é o exemplo (Rousseau, 1999, p. 453).

Com efeito, Rousseau recomenda que o educador estimule o seu discípulo a transcender essa sociedade, ainda que faça parte dela, ao desenvolver no homem o necessário equilíbrio entre necessidade e desejo. Realidade essa tarefa, o autor idealiza a caminhada dos homens rumo à realização plena. No entanto, como formar o homem não egoísta e preocupado com a coletividade? “Muito, sem dúvida: impedir que algo seja feito” (Rousseau, 1999, p. 13).

Na ordem natural, sendo os homens todos iguais, sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem-educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela. Pouco me importará que destinem meu aluno à espada, à igreja ou à barra. Antes da vocação dos pais, a natureza o chama para a vida humana. Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar; tudo o que um homem deve ser, ele será capaz de ser, se preciso, tão bem quanto qualquer outro; e, ainda que a fortuna o faça mudar de lugar, ele sempre estará no seu (Rousseau, 1999, p. 14).

Rousseau entende que a sociedade afasta o homem de suas origens naturais, sufocando suas virtudes. Afinal, “o homem civil nasce, vive e morre na escravidão” (1999, p. 16). Mas qual o motivo dessa escravidão? As relações constituídas em sociedade, para o autor, podem ser sintetizadas na corrupção originada na cobiça desmesurada e pelo desejo de possuir mais do que necessita para sua sobrevivência. Isso torna o indivíduo volúvel e hipócrita. “Tudo é apenas loucura e contradição nas instituições humanas” (Rousseau, 1999, p. 73).

Diante desse quadro, Rousseau compreendia que a sociedade civil não oferecia condições adequadas para a formação moral dos indivíduos. Para o autor, as convenções sociais e as relações estabelecidas na vida em sociedade contribuíam para corromper o homem e limitar o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse sentido, a própria organização social enfraqueceria o indivíduo, pois, como afirma Rousseau (1999, p. 76), “a sociedade enfraqueceu o homem não apenas lhe tolhendo o direito que tinha sobre suas

próprias forças, mas sobretudo tornando-as insuficientes”.

A partir dessa crítica, o filósofo defende a necessidade de preservar a criança das influências sociais que poderiam estimular vícios como o orgulho, a inveja e a vaidade. Para Rousseau, a educação deveria evitar a exposição precoce às convenções e aos valores da sociedade, permitindo que o desenvolvimento moral do indivíduo ocorresse de forma gradual, orientado pela experiência e pelo contato com a natureza (Rousseau, 1999).

Considerando o mundo caracterizado pelas aparências e hipocrisia, a alternativa preconizada é o afastamento da sociedade e suas instituições. Porém, não se trata de um afastamento definitivo do convívio social, mas de uma ação deliberada para possibilitar a aprendizagem de Emílio por meio do convívio com a natureza com o propósito de estimulá-lo a amar seus semelhantes. Ora, se a educação consiste em um hábito forjado a partir de valores, conforme reforça o autor, é imperativo forjar um novo homem por meio de novos hábitos que se distanciem dos tradicionais.

Assim que Emílio souber o que é a vida, minha primeira preocupação será ensiná-lo a conservá-la. Até agora, não fiz distinção entre as condições, as posições sociais e as riquezas, e tampouco os distinguirei daqui por diante, porque o homem é o mesmo em todas as condições sociais; porque o rico não tem um estômago maior do que o pobre e não digere melhor do que ele; porque o senhor não tem braços mais compridos nem mais fortes do que os de seu escravo; porque um grande não é maior do que um homem do povo; e finalmente porque sendo as necessidades naturais as mesmas em toda a parte, os meios de satisfazê-las devem ser em toda a parte iguais (Rousseau, 1999, p. 247).

Rousseau tem perfeita clareza que não é possível educar livremente os homens para a liberdade em numa sociedade onde a desigualdade é o traço fundamental e, ao mesmo tempo, considera ingenuidade tentar transformar a sociedade onde não há homens livres, dispostos a se sacrificarem pela liberdade. “Nascemos capazes de aprender, mas sem nada saber e nada conhecendo. Acorrentada a órgãos imperfeitos e seminformados, a alma não tem nem mesmo o sentimento da própria existência” (Rousseau, 1999, p. 44).

Isto posto, seu objetivo se concentrava em mudar a sociedade e a educação. Por isso, propugnava pela exclusão do ensino catequético, e especulativo e, ao mesmo tempo, a

valorização dos jogos, dos trabalhos manuais, do exercício físico, da higiene e das coisas úteis: “Por que gastar tempo com instruções que vêm sempre por si mesmas, e não custam sofrimento nem cuidados? (Rousseau, 1999, p. 141).

Rousseau, em seu romance pedagógico, defende uma perspectiva educacional centrada nas necessidades efetivas da criança, no conhecimento e respeito pelas fases de crescimento. Em outras palavras, a infância é vista como uma fase específica e diferente dos adultos. Por isso, a ação do mestre deve ser orientada para que a criança seja capaz de compreender os seus limites.

Trata-se de uma concepção pedagógica que defende o acompanhamento da criança pelo educador, mas não por meio de uma intervenção constante. Sua tarefa consiste em deixar o educando longe das influências corruptoras da sociedade. O próprio processo de crescimento do menino despertará a curiosidade pela vida, e o fará descobrir por meio de suas experiências o que é importante para a vida em sociedade. O fundamental é não antecipar o desenvolvimento natural e deixar que a natureza promova o desenvolvimento livre do indivíduo.

Dessa forma, o autor de Genebra contribuiu para uma abordagem pedagógica que priorizou uma perspectiva “antropológica”, isto é, focalizando o sujeito, a criança ou o homem em oposição a abordagem “epistemológica”, centrada na reclassificação do saber e na sua transmissão à criança como um todo já pronto (Manacorda, 1996). Todo o processo de educação de Emílio, seja intelectual ou ético, deve se pautar no contato com as experiências e com os objetos. Desse modo, a educação se faz por meio da “natureza” que exerce inclusive o papel de coerção sobre os instintos.

Longe de estar atento a evitar que Emilio se machuque, eu ficaria muito triste se ele nunca se ferisse e crescesse sem conhecer a dor. Sofrer é a primeira coisa que ele deverá aprender, e a que ele terá maior necessidade de saber (Rousseau, 1999, p. 66).

Assim, segundo o filósofo, cabe ao educador estar sempre presente, apoiar e orientar seu aluno diante dos obstáculos que encontrar na natureza. Sua tarefa consiste em transformar meninos em homens que saibam agir com virtude, bondade e enfrentar os

obstáculos colocados pela vida. Em síntese, ele prepara o Emílio para a vida em sociedade com liberdade.

É importante destacar que as reflexões de Rousseau tenham representado uma crítica significativa às formas educacionais predominantes em seu tempo, é necessário considerar os limites históricos de sua proposta. Do ponto de vista da análise histórico-dialética, a defesa de uma educação voltada para a formação moral do indivíduo não rompe com as contradições estruturais da sociedade que se consolidava naquele período. Nesse sentido, como destaca Saviani (2008), as concepções pedagógicas devem ser compreendidas em relação às condições históricas que as produzem, o que permite reconhecer tanto o caráter inovador das proposições rousseauianas quanto suas limitações diante das desigualdades sociais que marcaram a formação da sociedade moderna.

A centralidade atribuída por Rousseau à formação moral e política do indivíduo também dialoga com debates contemporâneos sobre a função social da educação. Autores como Paulo Freire, por exemplo, ao defenderem uma educação voltada para a autonomia e para a formação de sujeitos críticos, ressaltam que o processo educativo não pode restringir-se à transmissão de conteúdos, mas deve contribuir para a construção de uma consciência capaz de compreender e transformar a realidade social. Ainda que situados em contextos históricos distintos, tanto Rousseau quanto esses pensadores contemporâneos compartilham a preocupação com a formação do sujeito para a vida coletiva, evidenciando que a educação desempenha papel fundamental na constituição de cidadãos capazes de participar ativamente da sociedade.

Por fim, se a educação é atividade com o propósito de formação de hábitos de convivência, de pensar com autonomia e de transmissão de valores, conforme enfatiza o Rousseau, é importante que se faça contra todos os princípios que acorrentam o homem.

CONCLUSÃO

Retomando o objetivo deste estudo, que consistiu em analisar a formação social do cidadão a partir dos postulados de Jean-Jacques Rousseau e a relação entre sua concepção de contrato social e sua proposta pedagógica, observa-se que o pensamento rousseauiano

estabelece uma profunda articulação entre educação e organização da vida social. Ao discutir a formação moral do indivíduo e a construção do cidadão, Rousseau evidencia que a educação não pode ser compreendida de maneira isolada, mas deve ser analisada em conexão com as condições históricas e políticas que estruturam a sociedade.

É possível identificarmos que a pedagogia de Rousseau, diferenciava-se do que era proposto ao seu tempo. Preocupado em romper com o modelo da época, defendeu a liberdade na formação dos homens, o que refletiu, contrariamente, o que estava posto. Ainda que não se apresentasse como um inimigo da burguesia, seus valores o colocaram como um dos grandes críticos de tal regime.

As preocupações do autor, se baseavam na formação moral e política dos indivíduos, uma vez que acreditava que estes eram alguns pilares para o “bom homem”. A educação rousseauiana defende o desenvolvimento natural do aluno e seu ritmo de aprendizagem, que não deve ser separado do projeto de sociedade do autor.

De tal modo, a educação implica em não criar obstáculos para as frustrações de Emílio, deixando-o que aprenda também por meio de suas experiências que contribuem para a formação do homem. Defende então que a sociedade deveria ser um local íntegro, sem privilégios de classes, o que contribuiria positivamente para a formação colaborativa destes cidadãos e colocaria os interesses sociais acima dos individuais, assegurando assim o bem-estar de todos.

Nesse sentido, revisitar a pedagogia de Rousseau não constitui apenas um exercício histórico, mas também uma oportunidade de refletir sobre os desafios educacionais contemporâneos. Em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e por tensões entre interesses individuais e coletivos, a discussão sobre a formação do cidadão e sobre o papel da educação na construção de valores públicos permanece central. A reflexão rousseauiana, ao enfatizar a formação moral, a autonomia e o vínculo entre indivíduo e coletividade, oferece elementos importantes para o debate atual acerca da função social da educação.

Assim, a análise da pedagogia rousseauiana, quando situada em seu contexto histórico e examinada à luz do materialismo histórico-dialético, permite compreender tanto

sua contribuição para o pensamento educacional moderno quanto os limites de sua proposta diante das contradições sociais.

Nesse sentido, a análise realizada permite compreender que a crítica de Rousseau à sociedade de seu tempo não se restringe à dimensão pedagógica, mas expressa uma reflexão sobre os fundamentos da vida social e política. Ao defender uma educação orientada para a formação do cidadão e para o desenvolvimento moral do indivíduo, o autor contribui para o debate sobre a função social da educação e sobre o papel da escola na constituição da vida coletiva. Dessa forma, o estudo de sua obra permanece relevante para a reflexão educacional contemporânea, especialmente quando se busca compreender as relações entre educação, sociedade e formação humana.

Portanto, o dever social parte da ideia de evitar o desenvolvimento da maldade nas crianças e assim a educação assume o papel de formar o homem com hábitos e valores relativos ao que seria benéfico para essa formação. O educador, por sua vez, deve estimular os valores e virtudes que formarão um homem livre e apto a lidar com os confrontos que encontrar diante de suas vivências naturais.

REFERÊNCIAS

- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HUBERMAN, Léo. **História da Riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- LAZARINI, Ademir Quintílio. **A singularidade do projeto educacional de Rousseau**. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Rousseau: do serviço à liberdade. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Editora Ática, 1999, p. 187-241.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção os Pensadores.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato Social ou Princípio do Direito Político**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção os Pensadores.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: do humanismo a Kant**. 2. v. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHNEEBERGER, Carlos Aberto. **Mini manual compacto de história geral: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2009.

Recebido em: 27 de novembro de 2024

Aceito em: 1 de outubro de 2025

Publicado online em: 5 de março de 2026